

O quilombo, o cacau, a mandioca e as batatas.

Eduardo Alfredo Morais Guimarães
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia,
professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia
Bolsista da Fapesb. Email. eaguimaraes@uneb.br.

Resumo: O presente artigo tem como objeto resultados preliminares do projeto de doutoramento “O Quilombo está na mesa”, em desenvolvimento na Comunidade Quilombola de Empata Viagem, localizada no Município de Maraú, estado da Bahia. Na construção do texto, perseguiram-se as seguintes questões: as particularidades da agricultura que se desenvolveu no quilombo, conhecimentos ancestrais africanos e indígenas da agricultura em climas tropicais; o cultivo da mandioca, base alimentar da comunidade; as tecnologias da Revolução Verde, a produção de commodities e o impacto de agroquímicos. Em uma perspectiva comparativa, o artigo aborda a epidemia da Vassoura de Bruxa, provocada pela infestação do fungo *Crinipellis perniciosa*, que praticamente inviabilizou o cultivo do cacau no Sul da Bahia e a Grande Fome da Batata na Irlanda, fruto do ataque do fungo *Phytophthora infestans*, que resultou na morte de mais de um milhão de pessoas

Palavras Chave: AGRICULTURA, CIÊNCIA E COMMODITY.

O Quilombo de Empata Viagem está localizado em uma região acidentada, de difícil acesso e com uma organização espacial que lembra o sítio geográfico dos antigos quilombos (ANJOS, 2004); possui um território estimado de 6.000 hectares e uma população também estimada de 250 famílias residentes. A origem do quilombo remonta ao período colonial, quando a região se destacava como produtora de farinha de mandioca, segundo Hans Staden, viajante e cronista alemão do século XVI, “alimento cotidiano do Brasil” (RIAL, 2005, p. 90) no tempo da colonização portuguesa.

Como a grande maioria das comunidades quilombolas, o Empata Viagem foi formado por gente sem rumo, com destino incerto: quilombolas, libertos e

descendentes dos últimos escravos. A base das atividades agrícolas sempre foi o cultivo da mandioca, planta que, mesmo cultivada de forma intensiva em solos ácidos e pouco férteis, dispensa a utilização de fertilizantes industriais e agrotóxicos. Essas virtudes da mandioca são exemplares e podem evocar, inclusive, uma analogia, mesmo que ariscada, entre o roçado de mandioca e as sociedades de caçadores e coletores, estudadas por Marshall Sahlins, povos que possuem somente o necessário para viver e “vivem felizes no pouco” (SAHLINS, 2006). As raízes da mandioca, abundantes em Empata Viagem, são a matéria prima da farinha de mandioca, principal fonte de renda monetária por séculos e, sobretudo, base da alimentação de todas as famílias; e da goma – fécula – subproduto do processamento, utilizada na fabricação de beijus, o ‘pão da terra’.

A mandioca reinou absoluta por séculos em Empata Viagem, não obstante a presença de cacauzeiros – com seus frutos que valem mais que ouro (AMADO, 2002) - cuidadosamente cultivados em sistemas agroflorestais nos boqueirões e margens dos cursos d’água, manchas de solos férteis, verdadeiros oásis entre os mandiocais. Tal organização espacial possibilitou a manutenção por séculos de um rico mosaico de paisagens formado por roçados de mandioca, capoeiras, mato grosso e sistemas agroflorestais. A sede pelo ‘ouro’ do cacau, sobretudo, a partir dos anos 1970, vem mudando radicalmente o destino traçado pelos conhecimentos ancestrais para o mato grosso e as capoeiras, o de se transformarem em roças de mandioca. O processo foi capitaneado por grandes empresas agrícolas, atraídas para a região por políticas públicas de incentivo ao cultivo do cacau, lastreadas no pacote tecnológico do CEPEC¹ e nos financiamentos provenientes do Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional – PROCACAU, “a mais contundente política de expansão da cacaucultura no país” (COSTA, 2012, p. 116), lançado em 1974. A sede pelo ‘ouro’ contaminou também grandes fazendeiros que expandiram os limites de suas propriedades por sobre o território do quilombo. Essa sede vem

¹ Centro de pesquisas do Cacau, órgão criado em 1963, vinculado ao Ministério da Agricultura através da CEPLAC, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, criado em 1957.

contaminando os próprios quilombolas que, a partir do domínio das novas tecnologias, passaram a plantar cacau nas “terras de mandioca”.

Os pesquisadores do CEPEC, verdadeiros ‘*magos*’ – acreditam na eficácia de suas técnicas - que propiciaram a superação de barreiras edafoclimáticas que impediam o cultivo do cacau em solos ácidos e pobres em nutrientes. Como que em um passe de mágica, todos os problemas da cultura do cacau – agrônômicos de maneira geral – acabaram sendo resolvidos pelo pacote tecnológico, em um moderno canto de sereias. De qualquer forma, a eficácia de “práticas mágicas” implica, em uma “crença da magia” que, de acordo com Claude Lévi-Strauss,

... se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam à cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam às relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça (1975).

No entanto, as ‘poções mágicas’ – do pacote tecnológico da Revolução Verde - não foram suficientes para livrar a cultura do cacau do mau humor dos mercados, das incertezas climáticas nem, muito menos, do ataque de fungos minúsculos e poderosos que invadiram as roças encapsulados em “Vassouras de Bruxa”, no final dos anos 1980. Coincidência ou não, pouco mais de cem anos após a primeira epidemia agrícola moderna (1845-1852), a tristemente célebre praga da batata, também fruto do ataque de fungos minúsculos e poderosos, que provocaram um dos maiores surtos de fome da Europa Moderna. Tanto aqui, quanto acolá as epidemias foram atribuídas ao sistema monocultural e aos métodos “modernos” de cultivo da Revolução Verde.

Na epidemia das batatas, a conquista e subjugação da Irlanda pelos Ingleses foi o fator determinante. Os latifundiários ingleses - residentes na Inglaterra – impuseram aos irlandeses o abandono de tecnologias de cultivo ancestrais e a adoção de “métodos de cultivo modernos” (MANN, 2012), responsabilizados pela fragilização do sistema imunológico das batatas. Aqui entre nós, a epidemia

demonstrou a fragilidade do sistema técnico científico desenvolvido pelo CEPEC provocando a queda de 2/3 na produção. Mas, de qualquer forma, aqui, ao contrário do que ocorreu na Irlanda, a epidemia não atingiu o alimento básico da população e por uma razão muito simples: ao contrário da riqueza gerada pelas batatas irlandesas, a mandioca aqui “é só cansaço”² e, de todo modo, suas raízes não valem ‘ouro’.

Aqui, certamente, repousa a essência do que significa valer ‘ouro’. Trata-se, literalmente, da valorização das *commodities* pelo mercado, ou melhor, dos ‘anseios’ do mercado que, de qualquer forma, em muitas situações, independem do próprio retorno econômico. O que valia ‘ouro’ no Quilombo e em toda a Região Sul da Bahia nos tempos da epidemia era o cacau, destinado, sobretudo, ao mercado internacional e, para garantir grande produtividade, os agricultores despejaram grandes quantidades de fertilizantes químicos: volumes elevados de nutrientes para produzir volumes elevados de cacau. Aliás, como também ocorreu na Irlanda no século XIX.

Como se pode notar – e parafraseando Charles Mann em reflexões sobre a produção de batatas na Europa (2012) - foi exatamente a cobiça pelo ‘ouro’ do cacau que levou os “reformadores agrícolas” do CEPEC a condenar o método de cultivo agroflorestal, “como ineficiente, um obstáculo não produtivo à modernização”. Ativistas, como Paulo de Tarso Alvin Carneiro (Doutor em Fisiologia pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos), queriam que os agricultores reduzissem o sombreamento dos cacauzeiros eliminando essências florestais e árvores frutíferas; que plantassem cacauzeiros em todos os espaços disponíveis; que protegessem suas roças com agrotóxicos e que maximizassem a produção com fertilizantes industriais. Acreditando na tecnologia, os agricultores viam o pacote tecnológico desenvolvido pelo CEPEC como “ferramenta dada por Deus para atingir esses objetivos”. No entanto, a tecnológica “mais avançada do mundo” (COSTA, 2012), mostrou-se impotente diante de um ser minúsculo que chegou clandestinamente, o fungo *Crinipellis perniciosa*, agente causador da Vassoura de

² Depoimento tomado durante a pesquisa de campo.

Bruxa, doença que devastou a agricultura na região. De todo modo, os efeitos da tragédia não foram muito grandes no quilombo, afinal os quilombolas não possuíam grandes roças de cacau e, conseqüentemente, não haviam contratado empréstimos bancários para combatê-la.

Como acontece quando as coisas não funcionam muito bem, essa nova realidade proporcionou também uma pausa no processo de expansão da cultura do cacau e, sobretudo, um arrefecimento na cobiça sobre as terras dos quilombolas. Tal pausa implicou em mudanças nas ações dos órgãos de fomento à agricultura. Nos anos 1990, com apoio técnico e incentivo da CEPLAC e com financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste, novas *commodities* - em especial o Café - passaram compor o mosaico de paisagens de Empata Viagem no movimento de diversificação agro econômica, projetado como saída da crise provocada pela epidemia. O mais estranho é que com os novos cultivos a história se repetiu e dessa vez como armadilha. Doenças e pragas nas lavouras e a falta de mercado para a produção, causaram grandes prejuízos e quem havia escapado praticamente ileso à epidemia passou a conviver com dívidas e prejuízos. Em suma, a situação de inadimplência de agricultores e agricultoras quilombolas perante o Banco do Nordeste tem sido motivo de apreensão quanto às possíveis ações de execução de dívidas.

Além do incentivo ao cultivo do café, outro importante programa governamental que socorreu as famílias agricultoras no período agudo da epidemia foi o Programa Nossa Raiz, lançado pelo Governo do Estado da Bahia, no ano de 2005 e que possuía como objetivo incrementar a produção de farinha mandioca e derivados. Com o programa, a mandioca, que até então ocupava um lugar secundário nas políticas públicas, passava a receber atenção dos órgãos governamentais. Considerando a envergadura do programa é possível supor que, naquele momento, a Secretaria da Agricultura do Estado reconhecia a importância da mandioca na cultura alimentar e, mais ainda, que o programa se constituiria em uma espécie de capitulação diante da adaptação natural da mandioca aos solos com baixa fertilidade natural. Nem uma coisa nem outra, muito mais a preocupação com


o mercado, ou com os lucros que poderiam ser auferidos com a produção de fécula: goma que geralmente se perde durante o processamento da mandioca nas Casas de Farinha do Quilombo, utilizada na fabricação de beijus, o nosso conhecido pão da terra. E, como nos planos governamentais, a fécula é uma *commodity* que compete em nível internacional com os amidos de milho, trigo e a fécula da nossa conhecida batata (VILPOUX, 2011, p. 272), o programa, objetivou a superação dos arcaísmos³ através da distribuição de fertilizantes industriais, agrotóxicos e recursos financeiros que deveriam ser utilizados na mecanização dos tratamentos culturais. Algo já disseminado na cultura do cacau, sobretudo nas grandes plantações, mas imprescindível até então nos cultivos de mandioca. Algo também largamente utilizado nos campos de plantação de batatas da Irlanda. Não obstante as ações desenvolvidas pelos técnicos, de maneira geral, os insumos agrícolas distribuídos pelo programa não foram utilizados nos cultivos de mandioca, pois, no quilombo “as roças de mandioca não carecem de adubação”⁴ nem da utilização de agrotóxicos para se defenderem de pragas. A destinação dos insumos não poderia ser outra: foram utilizados nas “terras de mandioca”, é verdade, mas para adubar e ‘proteger’, sobretudo, os cacauzeiros que produzem frutos que valem ‘ouro’.

Para concluir, é importante salientar ainda que nesse mundo de *commodities* a famosa lei da oferta e da procura, bem como a teoria do sábio alemão sobre o Valor Trabalho (MARX, 1996), não funcionam muito bem, pois não há relações sólidas entre o quantum de trabalho necessário à produção, a oferta do produto no mercado e o preço de venda. O que prevalece mesmo é a especulação. Nesse jogo, os preços pagos dificilmente acompanham os custos de produção, formados por insumos agrícolas indexados ao preço do petróleo; de maneira geral, também não acompanham os custos com mão de obra que, no âmbito da “agricultura familiar”, podem ser, inclusive, estrategicamente ignorados por órgãos que atuam alinhados aos interesses de grandes empresas que dominam o mercado global de *commodities* e nem tampouco se submetem aos condicionantes de um estoque internacional criado para garantir o equilíbrio de preços. A planilha abaixo, elaborada

³ Diário Oficial do Estado da Bahia - 27 e 28 de agosto de 2005.

⁴ Depoimento tomado durante a pesquisa de campo

pelos técnicos da CEPLAC, é um bom exemplo da atenção dispensada aos custos com mão de obra nos cultivos de *commodities* agrícolas nas pequenas propriedades da agricultura familiar⁵. Na planilha os custos com mão de obra são ignorados.



**CUSTO 1,0 Ha – A. F.*
Implantação**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ANO I	1.670,50
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	1.670,50
ANO II	306,00
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	306,00
ANO III	306,00
MÃO-DE-OBRA	0,00
INSUMOS	306,00
TOTAL	2.282,50

* AGRICULTURA FAMILIAR

A prevalência desse modelo anacrônico pode ser observada na Heveicultura, atividade econômica em franca expansão no quilombo. De acordo com a Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil – APBNB, “a queda anômala do preço da *commodity* borracha” nas bolsas internacionais está matando seringais e usinas de beneficiamento⁶. Segundo a CEPLAC, a queda contínua no preço da borracha natural no mercado internacional está ameaçando a sobrevivência econômica de seringalistas, usineiros e trabalhadores envolvidos no setor, na medida em que o preço da borracha no mercado internacional, entre 2010 e 2014, sofreu uma redução de 72 %. De acordo com os técnicos da CEPLAC, “tal situação inviabiliza a exploração da seringueira no país, tendo em vista que o custo de produção da borracha ultrapassa ao valor pago pelo coágulo de campo que atualmente é comercializado pelos produtores a R\$ 1,60/kg”⁷.

⁵ Material produzido pela Ceplac: “Saf Cacau – Uma Ótima Opção para a Agricultura Familiar” - Fonte - <http://cpampt.sede.embrapa.br/biblioteca/capacitacao-continuada-em-safs/modulo-1/Sistemas%20Agroflorestais%20com%20cacau.pdf>.

⁶ http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/camaras_setoriais/Borracha_natural/27RO/App_Crise_27RO_Borracha.pdf. Acesso em 10.06.2015

⁷. Idem nota 42.

A preocupação dos técnicos da CEPLAC que acompanham os consórcios cacau-seringa em Empata Viagem é com a produtividade das seringueiras; ou seja, com a produção de borracha natural, no caso, o ‘ouro’, ou seja, a principal commodity do sistema. As mudas de seringueiras de alta produtividade e resistentes aos *fungos* comuns na região que estão sendo plantadas no quilombo foram desenvolvidas pelo CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento) da França, são produzidas em viveiros pertencentes à Michelin - empresa produtora de pneumáticos com sede no município de Ituberá, localizado a poucos quilômetros de Empata Viagem - e vendidas “a preço de custo” aos produtores. Assim, não há como esconder que a produção de borracha natural no quilombo está atrelada aos interesses da Michelin. Há também o respaldo financeiro do Banco do Nordeste que oferece às famílias financiamentos com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos, para a lavoura de cacau e 14 anos para a plantação de seringueiras⁸ e o dinheiro dos empréstimos é sempre bem vindo. A concessão do empréstimo bancário está condicionada, ainda, ao cumprimento de recomendações técnicas oriundas do CIRAD e um profissional faz visitas regulares para orientar os agricultores. Outro ponto crucial é que no passado esse aparato tecnológico era privilégio dos grandes fazendeiros, hoje, em um ambiente de queda acentuada nos preços internacionais, passou a ser direcionado aos pequenos agricultores que devem arcar com os custos do material genético de alta qualidade, com a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes industriais, com o “baixo custo” da mão de obra e, sobretudo com os riscos naturais que a produção do ‘ouro’ – da commodity – acarreta aos produtores.

Referências Bibliográficas

1. AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro: Record, 2002
2. ANJOS, Rafael Sanzio Araujo. *Cartografia e cultura: o territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil*. VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra-Portugal. 2004.

⁸ <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/560/artigo93450-1.htm>

3. Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política*. Nova Cultural, São Paulo. Livro 1. Volume 1. 1996.
4. MANN, Charles C. *1493 - A Descoberta do Novo Mundo que Cristovão Colombo Criou*. Casa das Letras. Alfragide-Portugal. 2012.
5. PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Econ. soc.*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 601-636, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de agosto de 2016.
6. RIAL, Carmem Sílvia Moraes. Brasil: primeiros escritos sobre comida e identidade. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. P. 87-100.
7. SAHLINS, Marshall. "The Original Affluent Society" (abridged), ch.5, p79-98. *The Politics of Egalitarianism: Theory and practice*, ed. Jacqueline Solway. NY: Berghahn Books, 2006.
8. SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico. *Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos*. Itabuna. 2012
9. VILPOUX, Olivier. Desempenho dos arranjos institucionais e minimização dos custos de transação: transações entre produtores e fecculárias de mandioca. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 49, n. 2, p. 271-294, June 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 de agosto de 2016.